

CONVENTO DO CARMO EM MOURA

Margarida Elias

Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa



Vista aérea do Convento do Carmo - in Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) FOTO:00507134 (consultada a 21/9/2017).

A HISTÓRIA DO CONVENTO

O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura, fundado cerca de 1251, situa-se a noroeste do Castelo e é o mais antigo edifício monástico dessa cidade, sendo o primeiro da Ordem Carmelita a ser fundado em Portugal. A importância histórica do Convento é significativa, tendo sido dele que saíram os frades que primeiro habitaram o Carmo de Lisboa, cuja construção iniciou em 1389.

A localização do Convento de Moura prende-se com uma história milagrosa, relatada sobretudo em textos setecentistas (Manuel de Sá, 1727; José de Santana, 1745; e Luís Cabral, 1991). Segundo essa lenda, terá existido uma antiga Ermida, anterior às Invasões Muçulmanas, que possuía uma imagem de Nossa Senhora e um sino, que foram escondidos num poço quando se deram as invasões. Após a Reconquista Cristã, deu-se um milagre, segundo o qual, no lugar onde eles estavam escondidos se ouviu um «toque de um sino, e música suave» (Cabral, 1991, 7-8). Desenterradas a imagem e o sino, foram colocados numa Ermida que ficava no lugar onde hoje se ergue a Capela de Santa Ana, que é a primeira do lado da Epístola da Igreja do Carmo. A imagem foi venerada com o nome de Nossa Senhora da Luz, adquirindo a denominação de Nossa

Senhora do Carmo, após a fundação do Convento (Sá, 1727, 34; Santana, 1745, 203-204; Páscoa, 2003, 47-48).

A fundação do Convento de Moura terá ocorrido cerca de 1251, ou até 1254, segundo os textos setecentistas que se referem à sua história. Frei Manuel de Sá refere que a fundação se deu até 6 de Dezembro de 1254, quando era Papa Inocêncio IV (1195-1254), rei de Portugal D. Afonso III (1210-1279) e a Ordem Carmelita era chefiada por Simon Stock (c. 1165-1265) (Sá, 1727, 30).

A fundação do Convento veio na sequência da conquista de Moura aos Muçulmanos. A vila fora conquistada pelos cristãos em 1166, no tempo de D. Afonso Henriques (1112-1185), que entregou a defesa do território aos cavaleiros da Ordem do Hospital de São João de Jerusalém (Ordem de Malta) (Páscoa, 2003, 47-48). Contudo, as terras foram novamente perdidas para os muçulmanos e a conquista definitiva de Moura só se deu em 1232, sob o comando de Afonso Peres Farinha (f. 1282), que foi Prior dos Hospitalários de 1260 a 1276. O padroado da vila permaneceu com os cavaleiros do Hospital, tendo sido eles que fundaram o Convento.

A ligação inicial do Convento à Ordem do Hospital é supostamente comprovada pelas cruces de Malta¹ que surgem em alguns locais do edifício: «na porta, que serve de entrada à Casa do Capítulo, ou Aula, que antigamente era refeitório, e, dentro nesta mesma Casa, a qual fica debaixo do dormitório antigo» (Sá, 1727, 31).

Referem as fontes históricas que os Hospitalários tinham vindo da Palestina cerca de 1240, tendo trazido consigo alguns frades carmelitas, entre os quais dois portugueses. Segundo conta Frei Pedro Bastos (*Memória Paroquial* de 1758): «Consta serem portugueses dois dos carmelitas que vieram da Palestina (...), um chamado Frei José Bitriado (...). Outro Frei Jaques (...) Calibra» (Páscoa, 2003, 48).

A Ordem do Carmo era o braço espiritual da Ordem hospitalária (Pereira, 1989, 87), sendo essa a razão porque os Cavaleiros entregaram o Convento de Moura ao cuidado dos carmelitas. Existem dois escudos dos Carmelitas no Convento, ficando um no murete que dá para o adro da Igreja e do Convento; o outro sobre a porta que dá para o

¹ Na nossa visita ao Convento, realizada em 22 de Setembro de 2017, não encontramos cruces de Malta, mas sim Cruzes de Cristo, que são semelhantes às de Malta, nomeadamente nas abóbadas da Sacristia e do Refeitório, e no murete que dá entrada para o adro da Igreja e do Convento.

Refeitório, já dentro do Convento. Esse escudo apresenta uma montanha, que indica o Monte Carmelo, onde foi fundada a Ordem, e três estrelas que simbolizam a Virgem e os Profetas Elias e Eliseu.

Em 1320, o padroado de Moura deixou de pertencer aos Hospitalários e passou para a Ordem de São Bento de Avis (Saraiva in Falcão, 2015, 63). Nessa altura o Convento de Moura ainda era o único carmelita que existia em Portugal, mas em 1389 iniciou-se a construção do Convento do Carmo de Lisboa, fundado por D. Nuno Álvares Pereira. Em 1392, D. Nuno convidou alguns frades de Moura para habitar o novo Convento. Segundo Fernando Larcher, foi só «depois da vinda dos carmelitas para (...) Lisboa, em 1397» que se assistiu «à relevância da Ordem do Carmo» (Larcher, 2017, 15). Mesmo após a partida dos religiosos para Lisboa, no Carmo de Moura ainda «ficaram quarenta e dois professos de Coro, além dos Irmãos Leigos, Noviços, e Serventes» (Santana, 1745, 138).

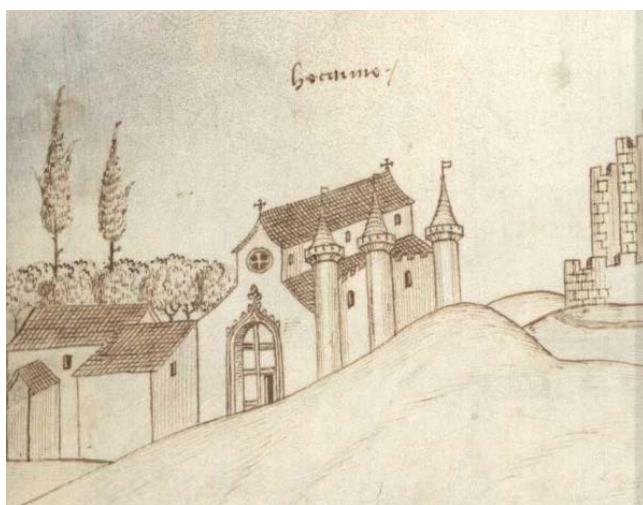
Desde o tempo de D. Pedro I (1320-1367) que o Convento de Moura recebeu protecção régia, protecção essa que se deu sobretudo até ao tempo de D. Sebastião (1554-1578), mas que diminuiu após a Restauração (1640-1668). No seu auge, o Convento deteve algum poderio económico na região e Santiago Macias asseverou que o Convento assumiu «um papel crucial na economia e na sociedade locais». As suas propriedades situavam-se «nas mesmas zonas em que os ricos terra-tenentes da cidade possuem as suas terras» (Macias, 1993, 148-149). Mesmo após 1640, quando perdeu algumas das suas propriedades, ainda detinha poder. Na *Memória Paroquial* de 1758, se diz: «Constantemente se vê que estão ao presente as rendas do convento mais deminutas mas não tanto que não seja o convento dos mais ricos que conservam os carmelitas em Portugal» (Páscoa, 2003, 48).

Originalmente o Convento «não era possuidor de mais terra, que daquela, que as suas paredes cobrião». Através da intercessão de D. João III, em 1526, os Oficiais da Câmara deram aos Religiosos a «porção da terra», onde eles «fabricão o Adro» (Santana, 1745, 172-173). No século XVIII, esse espaço foi renovado por Frei Pedro das Chagas, que mandou fazer um pórtico «de pedraria, com pirâmides, e outros enfeites da arquitectura», edificando-se também uma fonte (Santana, 1745, 173-174). Este adro ainda subsiste, sendo fechado por um murete rematado por volutas (Mendonça, 1994). No muro do adro devemos destacar as colunas com capitéis medievais, que ladeiam a

entrada, bem como os escudos incrustados, um com uma Cruz de Cristo e outro, já referido, com simbologia dos Carmelitas.

Desejando os frades carmelitas construir uma cerca junto do Convento, nomeadamente para cultivo de árvores, foi requerido o auxílio ao rei D. Sebastião, que ordenou à Câmara que vendesse as terras onde ficava a ermida dedicada a São Martinho (1573). A aquisição foi realizada na condição de os Religiosos «paramentarem a Ermida de S. Martinho, e fazerem no muro da cerca uma porta, pela qual no dia do Santo entrasse o povo a satisfazer a sua devoção» (Santana, 1745, 174-175). Porém, na sequência da Guerra da Restauração da Independência, este terreno voltou para a Câmara para servir de Milícia da Praça, sendo demolida a ermida (cf. Santana, 1745, 178 e Cabral, 1991, 4-5). No terreno que restou, Frei Pedro das Chagas mandou erguer uma nova cerca mais pequena (Sá, 1727, 64 e Santana, 1745, 178). A cerca subsiste, tendo-se acesso a ela por um portão que fica do lado esquerdo do Convento, antes do adro.

O EDIFÍCIO



Detalhe da vista de «Moura tirada do naturall da banda do Oeste (...)» - in Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas situadas no Extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, Escudeiro da Casa do Rei D. Manuel I*, 1495-1521, folha n.º9 [<http://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=3909707>] (consultada a 12/9/2017).

Do edifício de fundação medieval pouco restou até à actualidade. Tendo sido fundado, como dissemos, cerca de 1251. Sabe-se que logo em 1290 foi objecto de várias obras, por ordem dos infantes de la Cérda (Leal, 1875, 568).

Um desenho de Duarte de Armas², do início do século XVI, mostra o edifício como seria na sua primeira fase, apresentando uma igreja de «tipologia do gótico alentejano», onde se destaca o portal de «recorte gótico», «encimado por uma rosácea» (Macias, 1993, 139). A parte conventual nada tem de semelhante com o que se vê actualmente, embora a localização dos edifícios pareça ser idêntica.

Entre os séculos XVI e XVIII, o Convento sofreu transformações que alteraram bastante a sua volumetria. Luís Cabral asseverou que:

«(...) o primeiro edifício não era o que agora vemos; porque (...) o claustro se fez no ano de 1593, como se vê dos números aritméticos que tem a queda da igreja; mudaram também as oficinas, e se fizeram outras, de modo que aquilo que hoje é cemitério dos Religiosos, era sacristia, e esta era Capítulo e este o refeitório e cozinha a clavária; mas como foram aumentadas as vendas alargou-se o recinto e ficaram estes servindo a outros usos» (Cabral, 1991, 9).

Estas alterações devem ter sido significativas sobretudo durante o priorado de Frei Pedro das Chagas, incidindo no ano de 1725. José de Santana afirmou que «tanto se tem empregado na reedificação de todo o Edifício, que quasi perdida a figura da sua primeira fundação, o Convento parece feito de novo, e a Igreja em muitas partes pouco conserva das architecturas antigas. Conformando-se com o estilo moderno (...)» (Santana, 1745, 144).



Igreja e Convento do Carmo, fot. de Margarida Elias, 2017.

² Arquivo Nacional da Torre do Tombo [<http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3909707>], consultada a 12/9/2017. O livro, que apresenta o desenho de cinquenta e sete fortalezas e uma lista dos seus alcaides, terá sido elaborado entre 1503 ou 1504 e 1510. Cf. Pimenta, 1944, 11 e 47.

A igreja, tal como hoje se encontra, é datável entre os séculos XVI e XVIII. A fachada principal é decorada com ornatos em estuque, nela sobressaindo o portal maneirista, com ornamentação de bustos nas enjuntas e a imagem, no nicho central, da padroeira. O interior tem três naves, restando da época manuelina, além das abóbadas de algumas capelas, o púlpito e a pia de água benta. A capela-mor foi reconstruída em 1725 (por ordem de Frei Pedro das Chagas), sendo o seu tecto decorado com pinturas murais representando enrolamentos vegetalistas. Entre as capelas destacam-se a já citada Capela de Santa Ana e a Capela de Nossa Senhora da Assunção, que antecede a Sacristia (cf. Santana, 1745, 144; Proença, 1927, 172-173; Mendonça, 1994; Verdades, 2004; Matos, 2008, 44).

A porta que dá acesso à Sacristia é de estilo manuelino. A Sacristia tem uma importante abóbada de nervuras manuelina, considerada por Raul Proença como sendo «um dos mais belos artesoados da época». Num dos bocetes está o que julgamos ser uma Cruz de Cristo, mas Proença diz ser uma «cruz de Malta dos fundadores» (Proença, 1927, 173; sobre a Sacristia cf. Sá, 1727, 55; Mendonça, 1994; Matos, 2008, 44).

O Convento situa-se do lado esquerdo da Igreja. É composto de três pisos, mas o corpo que corresponde à entrada, com Portaria, tem dois pisos visíveis do exterior. A entrada principal apresenta um arcada maneirista de inspiração serliana, tendo no andar inferior, que dá acesso à Portaria, um alpendre com pilares toscanos; no piso superior forma-se uma varanda, sendo os pilares substituídos por colunas, enquadrando três janelas. Esta fachada é coroada por volutas e sobre a janela central está uma escultura com uma figura em oração.

Passando o alpendre, entra-se no interior da Portaria, de planta quadrada e abóboda «de volta de cordel» (Sá, 1727, 58), cujo desenho forma uma cruz. O tecto possui restos de pinturas murais muito danificadas. Aqui fica a porta que, através de um corredor, dá acesso ao claustro.

O claustro foi construído entre 1593 e 1597, segundo datas nas alas Noroeste e Sudeste (cf. Mendonça, 1994), fazendo lembrar os claustros serlianos (ou Proto-renascentistas) da Graça de Évora (final da década de 1530) ou da Hospedaria do Convento de Cristo,

de João de Castilho, em Tomar (1541-1542)³. Tem planta quadrada e dois andares, possuindo uma fonte no centro, que é provavelmente do século XVIII (cf. Sá, 1727, 61).



Claustro do Convento do Carmo, fot. de Margarida Elias, 2017.

O tecto do claustro é abobadado com nervuras, sendo de destacar as abóbadas sobre os ângulos, que compõem um losângo. Em torno do claustro, uma sucessão de arcos plenos geminados, separados por contrafortes, são sustentados por colunas de ordem toscana. Os contrafortes prolongam-se no piso superior, sendo as colunas nesse piso de ordem jónica, sustentando um entablamento recto e formando varandas. Sobre este piso está um «terraço circundado» de «grades de losangos» (Proença, 1927, 174; cf. Matos, 2008, 44). Num dos cantos do terraço, junto da igreja, fica a torre sineira onde ficava o sino «que se achou junto com a Senhora» (Sá, 1727, 64-65).

É em torno do claustro que se distribuem os anexos conventuais, sendo que uma das portas dá passagem para a Igreja, ficando junto dela o jazigo dos «Militares de Cavallaria» e o jazigo dos Religiosos (Santana, 1745, 170; Sá, 1727, 61).

No andar inferior, com entrada pelo claustro, ficava a Sala do Capítulo, onde se destacava o portal de entrada e, no interior, a abóboda polinervada com artesoadado manuelino (Mendonça, 1994). No século XVIII, esta sala servia de aula (Santana, 1745, 170).

Segue-se a entrada para o Refeitório, cujo portal é sobrepujado por um escudo dos carmelitas. Seguindo a descrição de Manuel de Sá, o Refeitório tinha uma abóbada «de volta de cordel». Do lado direito ficava o lavatório e o púlpito; no lado oposto ao da

³ Sobre este tema Cf. Paulo, 2007, 76 e Silva, 2012, 128-130.

porta estavam as «mesas dos Prelados» (Sá, 1727, 63). Nesta sala ainda subsistem os bancos corridos de pedra icrustados nas paredes.

A descrição de Manuel de Sá menciona que por um corredor se acedia à «cozinha, que é de abóboda, e tem água nativa» (Sá, 1727, 64). Na cozinha destaca-se ainda hoje a grande chaminé destinada à confecção dos alimentos. Por uma porta no fim do corredor alcançava-se a cerca.

Os dormitórios ficavam no piso superior, tendo acesso através de uma escada «que sobe para as varandas», que fica no ângulo antes da «primeira quadra do Claustro», após a Portaria. Essa escada, em mármore, foi refeita no século XVIII (Sá, 1727, 64-65), substituindo a escada da fundação do Convento que era «muito apertada, e dificultosa de se descer» (Santana, 1745, 171).

O primeiro dormitório corresponde ao primeiro piso do claustro e está hoje muito transformado devido à adaptação para hospital, no século XX. Na área que corresponde à varanda sobre o claustro (hoje fechada com vidros, formando um corredor), os tectos são abobadados, com cruzamento em ogiva. Em 1745, de acordo com Santana, as salas dos dormitórios haviam sido «novamente reedificadas, e remediadas do necessário para a boa acomodação dos Religiosos» (Santana, 1745, 171). Esse dormitório tinha oito celas de cada lado e, no topo, «uma janela Conventual (...) gradada de ferro» (cf. Sá, 1727, 65-66 e Santana, 1745, 171).

Continuando a subir a escada, chega-se ao dormitório superior, que, em 1727, tinha «duas frestas» e «oito celas». Nessa altura, as paredes eram «azulejadas em xadrez de azulejo azul, verde, e branco, a faixa é azul» (Sá, 1727, 66). Neste dormitório estava uma «formosa janela». Daqui se passava para a casa do Noviciado e para a «cela Prioral», que possuía «duas casas muito boas». Segundo José de Santana, fora na casa do Noviciado antigo, que tinha uma «janela Conventual bastantemente espaçosa», que se educaram «os primeiros Religiosos, e grande numero de Varões insignes desta Provincia». Em 1745, a sala servia «para Colégio de Artes, e de Teologia, Ciências, que ali com frequência se exercitam» (Santana, 1745, 171).

Numa das salas deste piso estava a Livraria do Convento, que chegou a ter mais de quatrocentos e cinquenta e três volumes (Sá, 1727, 66). José de Santana relata que a Livraria fora reedificada pelo Prior Frei Pedro das Chagas, «ornando-a de boas estantes,

de mesas para o ministério dos estudos, e armários para acomodação do Cartorio» (Santana, 1745, 171).

Os dormitórios sofreram muitas alterações no século XX, sendo difícil reconhecer os espaços descritos no século XVIII. Contudo, é de destacar o pé alto das paredes e os tectos em abóbada.

A FÁBRICA DE SALITRE

Em 1809, foi descoberta em Moura uma mina de salitre, tendo sido montada uma fábrica para a sua extracção, que funcionou até 1826 (cf. Cordeiro, 1854). Após esse ano, a exploração ficou parada, sendo, em 1850, estudada a hipótese de voltar a ser montada uma fábrica com essa finalidade. Num relatório assinado pelo Major Joaquim Filipe de Araújo Sequeira, com data de 1851, requisitou-se o «edifício do extinto convento do Carmo, para se apropriar ao estabelecimento da fabrica» (Cordeiro, 1854, 20). A ideia teve seguimento e por Portaria de 16 de Julho de 1853, «foi comunicado ao arsenal do exército, haver o Ministerio da Fazenda cedido o edificio do Carmo, para nele se estabelecer a fábrica» (Cordeiro, 1854, 21-22). A tomada de posse do Convento foi realizada a 24 de Setembro desse ano e já nessa altura o edifício estava muito arruinado:

«O pavimento alto do lado norte, a nascente, estão sem telhados: e em estado de ruina a parede que deita para a Igreja; todo o edificio estava sujo (...); sendo devassado pelos rapazes: faltam-lhe quasi todas as portas interiores, e as janellas. Mandeí fazer a limpeza de todo o edificio (...). A reedificação da parte arruinada, seria dispendiosa, e sem utilidade para a fazenda, que não tem applicação a dar-lhe.

Mediante o emprego que vai ter, pode evitar-se que as ruinas aumentem, e de futuro dar-lhe o destino, que se julgar mais conveniente» (Cordeiro, 1854, 50).

Após a instalação de equipamentos, a fábrica de salitre funcionou por poucos anos, ocupando sobretudo o espaço da antiga cozinha⁴.

⁴ Informações fornecidas por Marisa Bacalhau, historiadora da Câmara Municipal de Moura, por correio electrónico de 25 de Setembro de 2017.

O HOSPITAL DE MOURA

Por lei de Março de 1875, a igreja foi entregue à Ordem Terceira do Carmo (cf. Pereira, Rodrigues, 1909, 1321) e por uma Carta de Lei de 27 de Maio de 1884⁵, foi determinado que o Convento de Nossa Senhora do Carmo e respectiva cerca fossem entregues à Santa Casa da Misericórdia de Moura, para que nele se estabelecesse «um Hospital para tratamento de doentes pobres».

A tomada de posse do Convento, pela Irmandade da Misericórdia, teve lugar a 3 de Novembro de 1884⁶. Após as obras de restauro e adaptação⁷, o Hospital da Misericórdia transferiu-se para o Convento do Carmo, nos dias 16 a 19 de Maio de 1893, passando a denominar-se Hospital do Carmo da Santa Casa da Misericórdia. Em 4 de Maio de 1929, pelo Decreto n.º 16 823⁸, acrescentava-se a cedência da «antiga casa de Despacho da Igreja (...) para instalação do banco do hospital». Em 1963, os Carmelitas regressaram a Moura, onde ficaram como capelães do hospital (Lourenço, 2000, 296).

Existe um projecto do Arquitecto Artur Bentes, que apresenta uma planta para o Hospital de Moura. Sabe-se que se fizeram obras no edifício entre 1955 e 1956, respectivamente com a reparação de coberturas e outras obras de pequena envergadura, pelos Serviços dos Monumentos Nacionais. Novas obras de reparação e conservação, foram realizadas em 1962, entre 1969 e 1975, e em 1995 (cf. Mendonça, 1994).

Em 1982, o Hospital foi desactivado e encerrado, sendo o Convento ocupado pelo Centro de Saúde (na dependência do Ministério da Saúde – ARS de Beja). O Centro foi transferido para um novo edifício a 3 de Julho de 1995, encerrando-se as instalações do antigo convento. Como a Santa Casa da Misericórdia já não estava a dar ao convento a função para que lhe fora conferido, em 30 de Outubro de 1997, o conjunto arquitectónico voltou para a posse do Estado⁹.

⁵ Publicada no *Diário do Governo*, nº 127, de 5 de Junho de 1884, pp. 210-211.

⁶ Cf. «Auto de posse do extinto Convento de Nossa Senhora do Carmo, pela Santa Casa da Misericórdia da vila de Moura», in Arquivo Municipal de Moura [<http://arquivo.cm-moura.pt/details?id=9638>], consultada a 12/9/2017.

⁷ «Mandado de intimação ao Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Moura, para que entregue a chave do Convento do Carmo», in Arquivo Municipal de Moura [<http://arquivo.cm-moura.pt/viewer?id=9644&FileID=35769>], consultada a 12/9/2017.

⁸ Publicado no *Diário do Governo*, nº 102, de 7 de Maio de 1929.

⁹ Cf. *Santa Casa da Misericórdia de Moura* [<http://www.larsaofrancisco.pt/index.php/a-santa-casa/historial>], consultada a 12/9/2017.

EPÍLOGO

Após 1997, o Convento ainda esteve para ser utilizado como Museu, pelo Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, criado em 1984 (Falcão, 2015, 11). Contudo, esta ideia não avançou, sendo o Museu de Arte Sacra de Moura, instalado na Igreja-Colegiada de São Pedro, inaugurado em 2004. Desde há cerca de dois anos que a zona da Portaria e o claustro do Convento estão a ser utilizados pelo Agrupamento 314 dos Escoteiros de Moura.

No ano de 1927, já Raul Proença dizia que este convento era «digno de ser classificado entre os nossos monumentos nacionais» (Proença, 1927, 174), mas só em 1944, a igreja e o claustro foram classificados como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. 33 587 (27 de Março). Julgamos que essa classificação deveria ser alargada ao restante edifício, pelo menos a todo o piso inferior, pois como escreveu Isabel Mendonça, em 1994, este é «o monumento mais significativo de Moura e um dos mais importantes do Baixo Alentejo» (Mendonça, 1994). Actualmente o Convento está em estado de abandono e os telhados ameaçam ruína.

Sendo que a área a afectar a uso turístico é a totalidade do imóvel, exceptuando a igreja, dever-se-á ter especial cuidado na remodelação do edifício para futura utilização, tendo em consideração não só a sua importância histórica, como as suas características arquitectónicas e artísticas. Do exterior é conveniente a manutenção e reparação do edifício, nomeadamente das fachadas caiadas de branco, em contraste com os elementos pétreos e com molduras ocre. Devemos destacar, para salvaguardar com especial cuidado, a arcada serliana da fachada.

No interior dever-se-ão manter as estruturas arquitectónicas, nomeadamente paredes de pé alto e tectos abobadados, com especial incidência para aqueles que apresentam decoração manuelina. São de preservar ainda os elementos decorativos com cruces de Cristo (ou de Malta) e simbologia carmelita, bem como a torre sineira. O claustro, que é imóvel de interesse público, deverá ser naturalmente preservado, devendo existir uma obra que o beneficie, de modo a fazer sobressair a sobreposição de ordens dórica e jónica, hoje bastante prejudicada com as janelas hospitalares que fecharam o piso superior.

BIBLIOGRAFIA ABREVIADA

- s/a, *Santa Casa da Misericórdia de Moura* [<http://www.larsaofrancisco.pt/index.php/a-santa-casa/historial>], consultada a 12/9/2017
- CABRAL, Luiz de Almeida, *História da Notável Vila de Moura*; PASCOAL, Frei Diogo Vaz, *Descrição da Vila de Moura, suas particulares, e seu termo*, Câmara Municipal de Moura, Biblioteca Municipal, 1991.
- CORDEIRO, João, *Da exploração do salitre em Portugal e com particularidade na vila de Moura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854.
- PIMENTA, Alfredo, *Duarte Darmas e o seu Livro das Fortalezas*, Lisboa, 1944.
- FALCÃO, José António (Dir.), *Visões do Invisível: Património Religioso da Margem Esquerda do Guadiana*, Beja, Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, 2015.
- LARCHER, Fernando, «Episcopologio Carmelita», in Fernando e Madalena Oudinot Larcher (coord.), *Congresso Internacional, Os Carmelitas no Mundo Luso-Hispânico, História, Arte e Património, Resumo das Comunicações*, 19 a 22 de Julho de 2017, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 2017, pp. 14-28.
- LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Vol.V, Lisboa, Typ. Ed. de Mattos Moreira & C.^a, 1875, pp. 564-572.
- ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas situadas no Extremo de Portugal e Castela por Duarte de Armas, Escudeiro da Casa do Rei D. Manuel I, 1495-1521*, in Arquivo Nacional da Torre do Tombo [<http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3909707>], consultada a 12/9/2017.
- LOURENÇO, António de Jesus, «Carmelitas (Ordem do Carmo)», in Carlos Moreira Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 294-296.
- MACIAS, Santiago, *Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico* [<http://hdl.handle.net/10400.26/2380>], consultada a 11/9/2017.
- MATA, José Avelino Silva e, *Anais de Moura*, Moura, 1991 (manuscrito de 1855).
- MATOS, Fernando Mota de, «Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo», in Álvaro Duarte de Almeida, Duarte Belo (ccord.), *Portugal Património*, Vol. IX, Beja, Faro, Círculo de Leitores, 2008, p. 44.
- MENDONÇA, Isabel, 1994, «Igreja e Claustro do Convento do Carmo / Convento de Nossa Senhora do Carmo», in *Monumentos.pt*, consultada a 2/8/2017.
- PÁSCOA, Marta Cristina (transcr.), *Memórias Paroquiais da Vila de Moura e Seu Termo*, Moura, Câmara Municipal, 2003.
- PAULO, Dália, *O Convento de Nossa Senhora da Assunção: (des)construção da memória*, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2007 (Dissertação de Mestrado).
- PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme, *Portugal, Dicionario Histórico, Chorographico, Heraldico, Biographico,...*, Lisboa, vol. IV, 1909.
- PEREIRA, Paulo, «A Igreja do Convento do Carmo: do Gótico ao Revivalismo», in Associação dos Arqueólogos Portugueses (org.), *Comemoração dos 600 anos da Fundação do Convento do Carmo em Lisboa: actas do Colóquio*, Lisboa, A.A.P., 1989, pp. 87-112.

PICÃO, Leonor, «Convento do Carmo», in *Revive, Reabilitação, Património e Turismo* [<http://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/convento-carmo>], consultada a 21/9/2017.

PROENÇA, Raul, «Beja a Moura», in *Guia de Portugal, Extremadura, Alentejo, Algarve*, Vol. II, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1927, p. 166-174.

SÁ, Manoel de, *Memórias Historicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da Provincia de Portugal. Parte Primeira*, Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727.

SANTANA, Joseph Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia, Nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*, Tomo I, Lisboa, Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745.

SILVA, Nuno Miguel Maia da, *Claustros Serlianos em Portugal, 1558-1635*, FCTUC, 2012 (Dissertação de Mestrado).

VERDADES, Catarina Guarda, *Planta da Igreja de Nossa Senhora do Carmo*, Guia Turístico, Moura, 2004.